

127

**Projetos sobre política fundiária, energia nuclear e informática discutidos com o ministro Venturini. Hoje, continuando a aproximação, um jantar na casa do ministro Delfim Neto.**

# O governo discute seus projetos com o PDS

O general Danilo Venturini, ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, comunicou ontem aos líderes do PDS, em reunião no Palácio do Planalto, que no segundo semestre enviará ao Congresso um projeto de lei consolidando toda a legislação fundiária atualmente em vigor, eliminando os pontos conflitantes entre as várias leis e sobre o assunto. Venturini adiantou ainda que, também este ano, remeterá projetos ligados à política nuclear e à informática.

Cópias dos anteprojetos foram entregues aos dirigentes do PDS, para que os parlamentares possam discutir e apresentar sugestões. Mas foi feita uma recomendação para que se mantenha sigilo sobre os temas. A iniciativa do ministro repercutiu muito bem entre os políticos, que viram nela, como o deputado fluminense Amaral Netto, um aspecto muito importante: o fato de o Executivo aproximar-se do Legislativo.

— Tomara que a moda pegue — desabafou Amaral Netto. — A própria reunião com o ministro é muito mais importante do que o que nela se falou, porque faz muito tempo que a classe política não era consultada sobre nada.

E o presidente do PDS, senador José Sarney, considerou o encontro — realizado entre nove e dez horas da manhã na sala de reuniões do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio do Planalto — “extremamente salutar e revelador de um relacionamento novo e mais estreito entre o governo e seu partido”. Fez questão de dizer que o fato se deveu à realidade política que o País vive no processo de abertura, e desvinculou a atitude do ministro Venturini de uma resposta às críticas sobre o isolamento do governo e do presidente Figueiredo, bem como da revelação de escândalos envolvendo personalidades e órgãos oficiais.

No encontro ficou decidido que o governo abandonará a ideia da criação da Justiça Agrária, conforme concordaram o ministro Venturini e os parlamentares, tendo em vista que isso demandaria dez anos, tempo em que os problemas fundiários tenderiam a se agravar. Resolveu-se então agilizar a Justiça Comum e consolidar as leis em vigor para, através do conjunto, possibilitar a efetiva implantação do **Estatuto da Terra**, elaborado ao tempo do presidente Castelo Branco.

Sarney revelou que dentro do PDS serão criados grupos de parlamentares interessados especificamente nos setores fundiário, de informática e energia nuclear, para acompanharem o desenvolvimento dos problemas e apresentarem sugestões ou adendos aos anteprojetos elaborados pelo governo.

O presidente do PDS explicou que a partir de agora o governo dará “tratamento político” a todos

os problemas de interesse nacional, e frisou que a chamada crise de credibilidade no governo foi “apenas circunstancial” e coincidiu com a reunião dos políticos do PDS com o general Venturini e, ainda, o pronunciamento do presidente à Nação.

Hoje à noite, com um jantar na casa do ministro Delfim Neto, proseguirá o entendimento que os ministros e o PDS decidiram promover de forma aberta e continuada, como definiu o líder Nelson Marchezan, com o objetivo de se atingir um ajustamento concreto entre as partes e melhor entrosamento do governo como um todo.

Segundo Marchezan, trata-se de um encontro de congraçamento e também de trabalho, mas sem agenda definida. Do encontro de ontem com o ministro Venturini a bancada do PDS recolheu a impressão da importância de se acelerarem os processos de desapropriação e da precedência que o governo atribui ao equacionamento dos problemas fundiários no Nordeste, Mato Grosso e Paraná, além do consenso em torno da não criação da Justiça Agrária.

## Questão fundiária

No anteprojeto entregue ao PDS, que pretende traçar as bases da política fundiária no País, o governo ressalta que a intensificação da aplicação do **Estatuto da Terra** exige “o delineamento do direito agrário nacional”, para maior compreensão dos fenômenos fundiários e a maneira de abordá-los.

O projeto em estudo aponta as principais disposições constitucionais relativas à questão agrária, ressaltando o direito de propriedade assegurado a brasileiros e estrangeiros residentes no País e também o princípio da função social da terra. O não cumprimento desse princípio de acordo com a Constituição permite, como ressalta o trabalho, a expropriação dos imóveis rurais mediante indenização apenas justa nas zonas prioritárias para os fins da reforma agrária.

A função social da terra, de acordo com o estudo, compreende um aspecto subjetivo, do dever de cultivo eficiente e correto, e outro objetivo: da adequada e justa distribuição da propriedade.

O trabalho defende que na planificação do desenvolvimento agrário o Estado deve definir e disciplinar a utilização racional do solo. “O Estado deve ordenar o espaço rural, dando vigor ao princípio da conservação da natureza; impor o uso racional da terra cultivável, e ao mesmo tempo fazer respeitarem-se os recursos naturais que são patrimônio coletivo. Nosso sistema jurídico esteve e está atento a essa dupla obrigação estatal; a de impor o uso racional da terra e a de preservar a natureza.”

Ao analisar o **Estatuto da Terra**, o documento enviado aos parlamentares volta a chamar atenção

para o princípio da função social da propriedade, frisando que o Estatuto “absorveu a ideia-força da função social da propriedade nos aspectos subjetivo e objetivo, realçando os princípios de justiça social e produtividade”.

O trabalho defende que o setor agrário, em especial nos países não desenvolvidos, “é visto como merecedor de intensificada elevação de nível de vida, com o objetivo de se atenuarem os contrastes, quase sempre gritantes, entre ele e os demais setores integrantes da economia, entre campo e cidade, contraste de indesejáveis resultados, dentre eles o êxodo rural”.

Dentro deste quadro, o Ministério Extraordinário da Terra defende que cumpre ao Estado buscar a paridade entre o setor agrário e os demais. O trabalho acentua que o **Estatuto da Terra** aponta os meios que o Estado deve usar para promover o setor rural “visando através deles concretizar uma política de desenvolvimento não só voltada para a produtividade mas para o próprio homem, capacitando-o empresarial e tecnicamente e integrando-o no processo de desenvolvimento”.

## Energia nuclear

Permitir ao Brasil transformar-se num exportador de tecnologia nuclear e assegurar em foros internacionais os direitos brasileiros de utilização soberana das aplicações pacíficas da energia nuclear. Só estes os dois principais objetivos do Programa Nuclear Brasileiro, conforme o documento entregue pelo general Danilo Venturini.

No documento constam mais dois objetivos que devem ser atingidos pelo programa nuclear: “Garantir, a longo prazo, a auto-suficiência em energia nuclear, e assegurar ao País o direito soberano e de utilização pacífica da tecnologia nuclear”.

Há ainda no documento duas revelações que técnicos do setor energético até agora só admitiram em conversas reservadas, que são “incentivo à criatividade intelectual, visando, prioritariamente, à geração de alternativas nacionais para a tecnologia importada, e estímulo à participação das Universidades”.

## Informática

Manter e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de reserva de mercado e controle de importações dos micro e minicomputadores e seus periféricos e ampliar a aplicação desses mecanismos e instrumentos à produção de equipamentos de pequeno e médio porte por empresas nacionais. São os objetivos expostos pelo ministro Danilo Venturini para o campo da informática.

O ministro pretende também a criação de um fundo para atividades de informática, a ser gerido por um órgão “que ocupe o mais alto escalão hierárquico, compatível com as normas legais vigentes.”